



INSTITUTOS FEDERAIS: DIVERSIDADE DE SUJEITOS, FORMAÇÕES PLURAIS

Cleonice Maria da Silva¹

Regina Maria da Silva²

RESUMO: este trabalho tem por objetivo promover uma discussão sobre a rede federal de educação profissional, mais especificamente, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que se agregam às instituições estaduais e privadas na oferta de educação para o trabalhador. Tem o formato de um ensaio teórico, pois temos o propósito de fazer alguns apontamentos e problematizar questões relativas à diversidade dos sujeitos que esta modalidade de ensino atende e à pluralidade de formações que a legislação educacional lhes permite ministrar. O significativo aumento do número de matrículas vinculadas aos cursos subsequentes ou de formação inicial e continuada nos instiga a pensar que tais instituições vêm adquirindo ou assumindo um espaço importante na formação ou qualificação profissional dos trabalhadores ao longo da vida. Ao mesmo tempo, percebemos que a expansão destas instituições pelos diferentes estados brasileiros tem atraído para seus espaços um público bastante diversificado. O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 13.005 de 25/06/2014, imprime à educação profissional um conjunto de compromissos decorrentes desta expansão e interiorização como a incorporação do trabalho com as populações do campo, quilombola, indígena, pessoas com deficiência, jovens e adultos, população carcerária, além de segmentos vinculados aos movimentos sociais. As metas do PNE para a educação profissional ressaltam os compromissos desta modalidade de ensino com a formação inicial e continuada da população o que nos faz apresentar as seguintes questões para discussão. O que significa considerar os Institutos Federais como espaço de formação permanente do trabalhador? Que educação, para quais sujeitos.

Palavras-chave: Educação profissional; Educação do trabalhador; Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de um projeto de pesquisa em andamento, desenvolvido no âmbito do IFSULDEMINAS, Câmpus Inconfidentes, que procura problematizar a função social dos Institutos Federais a partir de sua articulação com o desenvolvimento local e dos sujeitos que

¹ Pedagoga; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS, Campus Inconfidentes; Inconfidentes, Minas Gerais;

² Professora; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho; Muzambinho, Minas Gerais;

atende. A proposta contempla a discussão de políticas/programas/processos educacionais e/ou sociais com recorte de gênero, etnia, geracional, ou seja, que contemplem a diversidade dos sujeitos que são o público-alvo das ações desta instituição

Neste ensaio, problematizamos o tema da diversidade dos sujeitos com o objetivo de suscitar o debate de questões que permitam pensar o significado que a expansão destas instituições públicas traz para o cenário socioeducativo e, em especial, para a comunidade nas quais estão inseridos.

Utilizaremos, para fins deste trabalho, a pesquisa bibliográfica que será permeada por questões que problematizem o tema e por documentos oficiais e legislações que abordem a educação profissional.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com Pacheco (2009), as instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas em 1909 pelo decreto presidencial de Nilo Peçanha. Essas escolas, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passaram, em 1930, para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública, posteriormente foram transformadas nos liceus industriais, em 1942 os liceus passaram a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias. Ao longo do tempo foi se constituindo uma rede de escolas agrícolas, Escolas Agrotécnicas Federais, vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas passaram para o Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (CEFET) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários.

A história destas instituições se confunde com o projeto educativo para as populações mais pobres, pois foram criadas apartadas de uma proposta que possibilitasse o acesso destas populações aos níveis de ensino mais elevados. Para Müller (2013, p.85-86), desde a atuação dos jesuítas, a formação profissional no Brasil foi entendida como uma modalidade reservada às classes populares, aos caboclos, aos portugueses pobres, aos escravos e aos índios, os quais deveriam ocupar-se do saber-fazer e de quem dependeria a normalidade da vida cotidiana.

Conforme Gomes (2013, p.60), ao se analisar a educação profissional no Brasil pode-se perceber que poucas foram as políticas que alcançaram êxito para a formação do trabalhador, a escassez de boas políticas e o desinteresse do Estado revelam a despreocupação em educar o trabalhador para o ofício.

No Brasil, o dualismo se enraíza em toda sociedade em séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2010, p. 32).

Em 2008 foi realizada uma reconfiguração da rede de educação profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Instituídos pela Lei 11.892/2008, tem sua missão vinculada à promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e novas tecnologias.

Tem-se a expectativa de que estas instituições respondam às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e por suporte aos arranjos produtivos locais. Devem ainda, possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, aliando-os àqueles presentes nos currículos formais (PACHECO, 2012, p.9). Expõe ainda que os institutos:

atuam em diversos níveis de ensino, desde a formação inicial e continuada, até o ensino técnico de nível médio, o ensino superior e a pós-graduação. Essas instituições devem estar em sintonia com as necessidades da população atendida e precisam, ao ofertar seus cursos, considerar os arranjos produtivos locais para que possam efetivamente suprir as demandas regionais. Isso implica uma atuação permanentemente articulada e contextualizada com a sua região de abrangência (PACHECO, 2012, p.12).

Na construção de seus projetos pedagógicos, os Institutos Federais possuem como diretriz a educação como instrumento de transformação e enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana (PACHECO, 2012, p.9).

No “*Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*” a nova institucionalidade dos Institutos Federais da seguinte maneira:

uma rede com 354 unidades não pode manter as características do período anterior. A maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica e a escala e a dispersão das unidades por todas as mesorregiões do País exigem um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública (BRASIL, 2007, p. 33).

A expansão destas instituições e, por conseguinte, a ampliação de matrículas coloca em cena outros atores sociais ao ampliar a diversidade sociocultural dos sujeitos que atende, além do mais, as credencia como parceiras local no desenvolvimento de ações que possam concorrer para a redução das desigualdades. A educação profissional passa a ter uma função estratégica no desenvolvimento de programas que tenham como foco a qualificação/formação dos trabalhadores.

A missão dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca por soluções técnicas e de novas tecnologias. Dessas instituições é esperado que respondam às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e por suporte aos arranjos produtivos locais (PACHECO, 2012, p.11).

O processo de expansão da Rede para todos os estados brasileiros tornou viável articular ações de intervenção em nível local. No seu eixo estruturante os Institutos Federais incorporam o papel de promotores de processos inclusivos e de desenvolvimento local.

Ao assumir o papel de *incubadoras de políticas públicas afirmativas, inclusivas e de equidade* (grifos meus) e ao compreender que seu verdadeiro endereço é o território onde estão inseridos, os nossos Institutos demonstram a compreensão de seu espaço e responsabilidades com o projeto de nação em curso no nosso país (BRASILb, 2011, p.10)

Além disso, os Institutos Federais figuram nos textos da política como um observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico do seu entorno (BRASILa, 2011, p.8).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA LDBEN, NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020 E NAS LEGISLAÇÕES CORRELATAS

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Lei 9394/96, a Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Neste contexto, os Institutos Federais, como integrantes da rede de Educação Profissional, têm dentre seus objetivos ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica (Lei 11.892/2008).

O Plano Nacional de Educação, PNE 2011-2020, possui 20 metas, a Educação Profissional figura no PNE nas metas 10 e 11, com ações que possibilitem a ampliação da oferta de educação profissional, principalmente na modalidade de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Uma das estratégias previstas para a consecução desta meta é o aumento do número de matrículas em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.

Criados sob a perspectiva do desenvolvimento de políticas de inclusão produtiva/social, os Institutos Federais têm recebido pela via do ensino/extensão, pessoas sem escolaridade, jovens estudantes de ensino médio/técnico, de graduação e de pós-graduação. Tais instituições precisam mostrar-se aptas a trabalhar com quaisquer sujeitos, independente de escolarização inicial.

O atendimento a esse público tem demonstrado a necessidade de que nossa instituição repense currículos, metodologias, projetos pedagógicos e, sobretudo, dialogue com a comunidade, pois o (in)sucesso de suas ações está necessariamente vinculado ao atendimento das demandas locais.

Por outro lado, o fato destas instituições estarem sediadas nos municípios possibilita que suas ações tenham maior flexibilidade para adequar seus processos formativos às demandas locais. Ademais, há que se destacar o potencial destas instituições em se tornarem referência para os municípios do entorno em que estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este texto com dois questionamentos para os quais ainda não possuímos uma resposta correta, pois há uma demanda específica de pesquisa para a escuta dos sujeitos que procuram a formação profissional e nosso trabalho de campo encontra-se em andamento. Porém, parece perceptível a necessidade de dialogar com as instituições e comunidades locais para que os cursos ofertados possam se adequar aos anseios da população.

Tal questão é um indicativo de que a educação profissional e tecnológica não pode estar desvinculada do projeto social mais amplo, necessita de alguma forma, estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional; às políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude.

Embora não possa assegurar a empregabilidade dos sujeitos que nela se qualificam, pode contribuir, de alguma forma, para a ampliação do conhecimento de mundo destas pessoas o que não necessariamente precisa se limitar à aprendizagem de um ofício.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Metodológico do Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília, DF, MEC, 2011a.

_____. Ministério da Educação. Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão. Brasília, DF, MEC, 2011b.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF, MEC, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, H. S. C. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: uma história de dualismo e racionalidade técnica. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. (Org.). **Educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas. São Paulo: Alínea, 2013.

MÜLLER, M. T. A educação profissionalizante no Brasil e no SENAI: a formação para o trabalho. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. (Org.). **Educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas. São Paulo: Alínea, 2013.

NUNES, A. M. M. Projeto de educação dos trabalhadores: pontos, vírgulas e reticências – um olhar de alguns elementos da EJA no ensimesmo do PET. Belo Horizonte: [s.n.], 2009.

PACHECO, E. Prefácio. In: SILVA, J.R. (Org.). **Institutos Federais, lei 11.892 de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

_____. Prefácio. In: SOUZA, E.L.; CASTIONI, R. **Institutos Federais**: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

PAZ, S. R.; OLIVEIRA, R. A educação tecnológica e profissional como programa/política de estado: análise da política nacional de qualificação profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, R. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papirus, 2012.

VIEIRA, C.L.S. A formação técnica nos Institutos Federais e o desafio da inserção local e regional no Norte de Minas Gerais. In: SOUZA, E.L.; CASTIONI, R. **Institutos Federais**: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.